

AGENDA PARA ACÇÃO DE ACRA

Ministros de países em desenvolvimento e dadores responsáveis pela promoção do desenvolvimento e dirigentes de instituições multilaterais e bilaterais, endossaram a seguinte declaração em Acra, Gana, a 4 de Setembro 2008, para acelerar e aprofundar a implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2 de Março 2005).

Este é um momento de oportunidade

1. Estamos empenhados em erradicar a pobreza e promover a paz e a prosperidade através da construção de parcerias mais fortes e mais eficazes, que conduzam os países em desenvolvimento a atingirem as suas metas de desenvolvimento.
2. Têm-se verificado progressos. Há quinze anos, duas em cada cinco pessoas viviam em extrema pobreza; hoje em dia esse dado foi reduzido para uma em quatro. No entanto, 4 mil milhões de pessoas – na sua maioria mulheres e raparigas – vivem ainda em extrema pobreza¹ e o acesso a água potável e os cuidados de saúde continuam a ser uma questão problemática em muitas partes do mundo. Acresce ainda que novas ameaças – subidas do custo de alimentos e combustíveis e alterações climáticas – põem em risco, em muitos países, os avanços feitos contra a pobreza.
3. Teremos que ir muito mais longe, se queremos que todos os países alcancem as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDG). A ajuda é apenas uma parte do quadro do desenvolvimento. Democracia, crescimento económico, progresso social e a preocupação com o ambiente são os motores reais do desenvolvimento em todos os países. Para que haja um progresso global, é essencial resolver as desigualdades de rendimentos e oportunidades no seio dos países e entre estados. A igualdade entre os géneros, o respeito pelos direitos humanos e a sustentabilidade ambiental são as pedras basilares para conseguir um impacto duradouro nas vidas e no potencial de mulheres, homens e crianças pobres. É essencial que todas as nossas políticas tenham por objectivo estas questões de um modo mais sistemático e coerente.
4. Em 2008, haverá três conferências internacionais a ajudar-nos a acelerar a passada para a mudança: o Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, o Evento de Alto Nível das Nações Unidas sobre as MDG, em Nova Iorque, e a Reunião de Acompanhamento do Financiamento para o Desenvolvimento, em Doha. Hoje, em Acra, estamos a mostrar o caminho, unidos por um objectivo comum: desbloquear o total do potencial da ajuda para atingir resultados duradouros para o desenvolvimento.

Estamos a fazer progressos, mas não são suficientes

5. Em Março de 2005 e em resultado das lições aprendidas com os nossos êxitos e insucessos do passado, na cooperação para o desenvolvimento, e partindo da base da Declaração de Roma de 2003 sobre Harmonização, adoptámos um conjunto ambicioso de reformas: a Declaração de Paris sobre Eficácia da Ajuda. Na Declaração de Paris, acordámos em desenvolver uma verdadeira parceria, em que os países em desenvolvimento serão claramente os condutores do seu próprio processo de desenvolvimento. Concordámos também em nos responsabilizarmos mutuamente pela obtenção de resultados de desenvolvimento concretos. Três anos e meio depois reencontramo-nos de novo em Acra para analisar os progressos e deliberar sobre os desafios que agora enfrentamos.

¹ Estas cifras baseiam-se num recente estudo do Banco Mundial, segundo o qual a linha de pobreza é de USD 1,25 por dia a preços de 2005.

6. Os factos indicam que estamos a fazer progressos, mas que não são suficientes. Uma avaliação recente mostra que a Declaração de Paris criou um poderoso ímpeto de mudança quanto ao modo como os países em desenvolvimento e osadores trabalham em conjunto no terreno. De acordo com o Levantamento de Monitorização de 2008, um vasto número de países em vias de desenvolvimento melhoraram a sua gestão dos fundos públicos. Por seu turno, osadores estão a melhorar cada vez mais a sua coordenação no nível dos países. No entanto, o ritmo do progresso é demasiado lento. Se não houver mais reformas e uma actuação mais rápida não conseguiremos cumprir com os nossos compromissos para 2010 e com as metas para melhorar a qualidade da ajuda.

Tomaremos acções para acelerar o progresso

7. Os factos mostram que será necessário enfrentar três grandes desafios para acelerar o progresso na eficácia da ajuda:

8. *O controlo pelos países é a chave.* Os governos dos países assumirão uma mais forte liderança das suas próprias políticas de desenvolvimento, e empenhar-se-ão em definir essas políticas, em conjunto com os seus parlamentos e cidadãos. Osadores ajudá-los-ão respeitando as prioridades nacionais, investindo nos seus recursos humanos e instituições e fazendo um maior uso dos seus sistemas na prestação da ajuda, e melhorando a previsibilidade dos fluxos de ajuda.

9. *Construir parcerias mais eficazes e inclusivas.* Em anos recentes, surgiram novos actores – países de rendimento médio, fundos globais, o sector privado, organizações da sociedade civil – que aumentaram o seu contributo e que trouxeram à cena uma valiosa experiência. Este factor dá também origem a desafios de gestão e coordenação. Em conjunto, todos os actores do desenvolvimento irão trabalhar em parcerias mais abrangentes, de modo a que os nossos esforços combinados tenham um maior impacto na redução da pobreza.

10. *Alcançar resultados de desenvolvimento — e prestar abertamente contas desses resultados — tem que estar presente em tudo o que fazemos.* Agora mais do que nunca, os cidadãos e os contribuintes de todos os países têm expectativas quanto a resultados tangíveis dos esforços para o desenvolvimento. Iremos demonstrar que as nossas acções se traduzem em impactos positivos na vida das pessoas. Assumiremos a responsabilidade destes resultados entre nós próprios e perante os nossos respectivos parlamentos e governantes.

11. Se não resolvermos estes obstáculos a um mais rápido progresso, não conseguiremos cumprir os nossos compromissos e perderemos oportunidades de melhorar a vida daqueles que são os mais vulneráveis do mundo. É por isso que reafirmamos os compromissos com a Declaração de Paris e, nesta *Accra Agenda for Action* e acordamos em tomar medidas concretas e monitorizáveis para cumprir com esses compromissos até 2010. Comprometemo-nos a continuar os esforços de monitorização e avaliação que aferirão se cumprimos com os compromissos acordados na Declaração de Paris e na *Accra Agenda for Action* – e até que ponto a eficácia da ajuda está a melhorar e a gerar um maior impacto no desenvolvimento.

Fortalecer o Controlo do Desenvolvimento por Parte dos Países

12. Os países em desenvolvimento determinam e implementam as suas políticas de desenvolvimento de modo a atingirem os seus próprios objectivos económicos, sociais e ambientais. Concordámos, na Declaração de Paris, que esta seria a nossa primeira prioridade. Hoje, estamos a dar novos passos para transformar esta resolução numa realidade.

Ampliaremos o diálogo sobre políticas de desenvolvimento no nível nacional

13. Estabeleceremos um diálogo aberto e abrangente sobre políticas de desenvolvimento. Reconhecemos o papel crucial e a responsabilidade dos parlamentos na defesa do controlo pelos países dos processos de desenvolvimento. Para favorecer este objectivo tomaremos as seguintes medidas:

- a) Os governos dos países em desenvolvimento trabalharão mais estreitamente com os parlamentos e com as autoridades locais na preparação, implementação e monitorização de políticas e planos nacionais de desenvolvimento. Estabelecerão também colaboração com organizações da sociedade civil (OSC).
- b) Os dadores apoiarão esforços para aumentar as capacidades de todos os intervenientes no desenvolvimento – parlamentos, governos centrais e locais, OSC, institutos de pesquisa, comunicação social e o sector privado – para participarem activamente no diálogo sobre política de desenvolvimento e o papel da ajuda como contributo para os objectivos de desenvolvimento do país.
- c) Os países em desenvolvimento e os dadores providenciarão para que as suas respectivas políticas e programas de desenvolvimento sejam concebidos e implementados de uma forma consentânea com os compromissos internacionais que assumiram em termos de igualdade de género, direitos humanos, incapacidades e sustentabilidade ambiental.

Os países em desenvolvimento fortalecerão a sua capacidade para liderar e gerir o desenvolvimento

14. Sem uma robusta capacidade — instituições e sistemas fortes e capacidades no nível local — os países em desenvolvimento não poderão assumir totalmente o controlo e gerir os seus processos de desenvolvimento. Acordámos na Declaração de Paris que o desenvolvimento das capacidades é responsabilidade dos países em desenvolvimento, em que os dadores desempenham uma função de apoio, e que a cooperação técnica é um meio, entre outros, para desenvolver capacidade. Em conjunto, os países em desenvolvimento e os dadores tomarão as seguintes medidas para reforçar o desenvolvimento da capacidade:

- a) Os países em desenvolvimento identificarão, sistematicamente, as áreas em que é necessário reforçar a capacidade para executar e fornecer serviços em todos os níveis – nacional, subnacional, sectorial e temáticas – e conceberão estratégias para lhes dar resposta. Os dadores reforçarão a sua própria capacidade e competências de modo a darem uma melhor resposta às necessidades dos países em desenvolvimento.
- b) O apoio dos dadores ao desenvolvimento de capacidades será ditado pela solicitação e concebido de modo a apoiar o controlo por parte do país. Para tal, os países em desenvolvimento e os dadores i) seleccionarão e gerirão conjuntamente a cooperação técnica; e ii) promoverão a prestação da cooperação técnica por meio de recursos locais e regionais, incluindo a cooperação Sul-Sul.
- c) Os países em desenvolvimento e os dadores trabalharão em conjunto a todos os níveis para promover mudanças operacionais que tornem mais eficaz o apoio ao desenvolvimento das capacidades.

Reforçaremos e utilizaremos os sistemas dos países em desenvolvimento do modo mais alargado possível

15. O desenvolvimento bem-sucedido depende em larga medida da capacidade de um governo para implementar as suas políticas e gerir os recursos públicos através das suas próprias instituições e sistemas. Na Declaração de Paris, os países em desenvolvimento comprometeram-se a fortalecer os seus sistemas² e os dadores comprometeram-se a utilizar esses sistemas na mais larga medida possível. É no entanto evidente que os países em desenvolvimento e os dadores não estão na via certa para cumprir

² Isto inclui, embora não de forma exclusiva, sistemas de gestão financeira pública, aquisições, auditoria, monitorização e fiscalização e avaliação tanto social como ambiental.

com estes compromissos. O progresso alcançado na melhoria da qualidade dos sistemas varia consideravelmente de um para outro país; e mesmo onde existem bons sistemas nacionais, é frequente os dadores não os utilizarem. Reconhece-se. No entanto, que a utilização de sistemas do país promove o seu desenvolvimento. Para robustecer e aumentar a utilização dos sistemas nacionais, tomaremos as seguintes medidas:

- a) Os dadores concordam em utilizar os sistemas nacionais como primeira opção em programas de ajuda dirigidos ao apoio de actividades geridas pelo sector público.
- b) Caso os dadores escolham outra opção, e se apoiem em mecanismos de prestação de ajuda fora dos sistemas dos países (incluindo unidades de implementação de projecto paralelas), farão uma declaração transparente das razões para tal e, a intervalos regulares, farão uma revisão da situação. Quando não seja viável a utilização de sistemas nacionais, os dadores criarão sistemas adicionais de salvaguarda e medidas que, em vez de minar, fortaleçam os sistemas e procedimentos nacionais.
- c) Os países em desenvolvimento e os dadores avaliarão em conjunto a qualidade dos sistemas nacionais, através de um processo liderado pelos países e utilizando instrumentos de diagnóstico acordados em comum.
- d) Os dadores começarão imediatamente a trabalhar em planos, que partilharão de forma transparente, para cumprimento dos compromissos de Paris quanto ao uso dos sistemas dos países em todas as formas de apoio ao desenvolvimento; fornecerão orientação ao pessoal quanto à aplicação destes sistemas; e providenciarão para que haja incentivos internos que estimulem a sua utilização. Estes planos serão ultimados com carácter de urgência [até 2009].
- e) Os dadores recolhem e reafirmam os seus compromissos assumidos na Declaração de Paris de proporcionar 66% como enfoques baseados em programas. Para além disto, os dadores têm como objectivo canalizar 50% ou mais da assistência de governo a governo por meio de sistemas fiduciários, incluindo o aumento da percentagem de assistência prestada por meio de enfoques baseados em programas.

Construir Parcerias de Desenvolvimento Mais Eficazes e Inclusivas

16. A ajuda é um instrumento de construção de parcerias para o desenvolvimento. Essas parcerias alcançam maior eficácia quando recorrem plenamente às energias, competências e experiência de todos os intervenientes no desenvolvimento – dadores bilaterais e multilaterais, fundos globais, OSC e o sector privado. Para apoiar os esforços para a construção do futuro dos países em desenvolvimento, tomámos a resolução de criar parcerias que incluam todos estes actores.

Reduziremos a dispendiosa fragmentação da ajuda

17. A eficácia da ajuda fica reduzida, quando há demasiada duplicação de iniciativas, em particular no nível de país e de sector. Reduziremos a fragmentação da ajuda melhorando a complementaridade dos esforços dos dadores e a divisão de tarefas entre dadores, incluindo por meio de melhor alocação de recursos dentro dos sectores, nos países e entre eles. Para alcançar este fim:

- a) Serão os países em desenvolvimento a determinar qual o papel desejável dos dadores no apoio aos seus esforços de desenvolvimento, no nível nacional, regional e sectorial. Os dadores respeitarão as prioridades dos países em desenvolvimento, assegurando que as novas disposições de divisão de tarefas não resultarão em que, individualmente, os países em desenvolvimento recebam menor ajuda.
- b) Os dadores e os países em desenvolvimento trabalharão em conjunto com o Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda para implementar os princípios de boas práticas sobre a divisão do trabalho. Neste sentido, elaborarão planos para assegurar a máxima coordenação da cooperação para o desenvolvimento. Nós avaliaremos o progresso da implementação a partir de 2009.

- c) Iniciaremos um diálogo sobre a divisão internacional do trabalho em todos os países até Junho de 2009.
- d) Nós nos empenharemos em abordar a questão dos países que recebem ajuda insuficiente.

Aumentaremos o valor do dinheiro da ajuda

18. Desde que a Declaração de Paris foi acordada em 2005, osadores OCDE-DAC têm feito progressos na desvinculação da sua ajuda. Alguns dadores já desvincularam totalmente a sua ajuda e encorajamos os restantes a que o façam também. Prosseguiremos e aceleraremos estes esforços através das seguintes acções:

- a) Os dadores OCDE-DAC alargarão a cobertura da Recomendação sobre a Desvinculação da Ajuda a PPME não-PMD³ emitida pelo DAC, e melhorarão a sua prestação de informações sobre a Recomendação do DAC de 2001.
- b) Os dadores elaborarão planos individuais para avançar ao máximo com a desvinculação.
- c) Os dadores promoverão o uso de aquisições no nível local e regional através de procedimentos de aquisição transparentes, permitindo que empresas locais e regionais possam concorrer. Daremos seguimento a exemplos de boas práticas para ajudar a melhorar a capacidade de empresas locais para concorrer com sucesso em processos de aquisições financiadas pela ajuda.

Estamos abertos e trabalharemos com todos os intervenientes no desenvolvimento

19. Os contributos de todos os intervenientes no desenvolvimento são mais eficazes quando os países em desenvolvimento estão em posição de os gerir e coordenar. Acolhemos com agrado o papel dos novos contribuidores e melhoraremos o modo de interacção de todos os intervenientes no desenvolvimento, adoptando as seguintes medidas:

- a) Encorajaremos todos os intervenientes no desenvolvimento, incluindo os participantes da cooperação Sul-Sul, a adoptar os princípios da Declaração de Paris como ponto de referência na prestação de cooperação para o desenvolvimento.
- b) Reconhecemos os contributos feitos por todos os intervenientes no desenvolvimento e em particular o papel desempenhado por países de rendimento médio, tanto como forenedores como recebedores de ajuda. Reconhecemos a importância e as particularidades da colaboração Sul-Sul e que podemos aprender por meio da experiência dos países em desenvolvimento. Encorajamos um maior desenvolvimento de cooperação triangular.
- c) Os fundos e programas globais prestam um importante contributo para o desenvolvimento. Os programas que financiam são ainda mais eficazes quando feitos em conjunto com esforços complementares para melhorar o ambiente político e reforçar as instituições nos sectores em que operam. Instamos todos os fundos globais a apoiarem o controlo pelos países, a alinharem e harmonizarem a sua ajuda de um modo pró-activo e a fazerem bom uso de estruturas de responsabilização mútua, ao mesmo tempo que se empenham na obtenção de resultados. À medida que emergem novos desafios globais, os dadores deverão garantir que sejam utilizados os canais existentes para prestação da ajuda e, se necessário, fortalecidos antes de criarem novos canais que acarretam o risco de mais fragmentação e complicam a coordenação no nível do país.
- d) Instamos os países em desenvolvimento a mobilizarem, gerirem e avaliarem as suas iniciativas de cooperação internacional em benefício de outros países em desenvolvimento.
- e) A cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento visa a observar o princípio da não-interferência nos assuntos internos, igualdade entre os parceiros e respeito pela sua independência, soberania

³ A Recomendação do DAC de 2001 sobre a Desvinculação da AOD para os Países Menos Desenvolvidos (PME) abrange 31 dos chamados Países Pobres Muito Endividados (PPME). O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (DAC/CAD), na sua Reunião de Alto Nível de 2008 concordou em ampliar a Recomendação de 2001, de modo a abranger oito países que fazem parte da iniciativa PPME: Bolívia, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiana, Honduras, Nicarágua e República do Congo

nacional, diversidade cultural e identidade e conteúdo local. Isto desempenha um importante papel na cooperação para o desenvolvimento internacional e é um valioso complemento para a cooperação Norte-Sul.

Aprofundaremos o nosso compromisso com organizações da sociedade civil

20. Aprofundaremos o nosso compromisso com as OSC, enquanto actores de desenvolvimento a título próprio, cujos esforços complementam os dos governos e do sector privado. Partilhamos um interesse em garantir que os contributos das OSC para o desenvolvimento atinjam o seu pleno potencial. Com este objectivo:

- a) Convidamos as OSC a reflectir sobre o modo como podem aplicar os princípios de Paris sobre eficácia da ajuda, de um ponto de vista das OSC.
- b) Acolhemos com agrado as propostas das OSC para nos empenharmos conjuntamente num processo envolvendo múltiplos intervenientes, liderado pelas OSC, que promova a eficácia das OSC no desenvolvimento. Como parte desse processo, procuraremos: i) melhorar a coordenação dos esforços das OSC com programas governamentais, ii) incrementar a responsabilização com vista a resultados das OSC, e iii) melhorar a informação sobre as actividades das OSC.
- c) Trabalharemos com as OSC de modo a criar um ambiente favorável, que potencie os seus contributos para o desenvolvimento.

Adaptaremos as políticas de ajuda para países em situação frágil

21. Na Declaração de Paris, acordámos que os princípios da eficácia da ajuda se aplicam igualmente à cooperação para o desenvolvimento em situações de fragilidade, nomeadamente em países emergentes de conflitos, mas que esses princípios têm que ser adaptados a ambientes em que o controlo e as capacidades são fracos. Desde então, foram estabelecidos Princípios de Bons Compromissos Internacionais em Estados e Situações Frágeis. Para aumentar a eficácia da ajuda nestes ambientes, tomaremos as seguintes medidas:

- a) Osadores farão avaliações conjuntas da governação e das capacidades e examinarão as causas de conflito, fragilidade e insegurança – envolvendo autoridades dos países em desenvolvimento e outras partes interessadas relevantes, até ao limite possível.
- b) No nível de país, osadores e países em desenvolvimento estabelecerão e acordarão um conjunto de objectivos realistas e conducentes à edificação do Estado, que enfrentem as causas profundas de conflito e fragilidade e ajudem a garantir a protecção e a participação das mulheres. Este processo será informado por um diálogo internacional entre parceiros eadores sobre estes objectivos, como pré-requisitos do desenvolvimento.
- c) Osadores proporcionarão apoio ao desenvolvimento das capacidades, regulado pela procura, talhado à medida e coordenado, para a execução de funções essenciais do estado e para uma pronta e rápida recuperação. Trabalharão em conjunto com os países em desenvolvimento para delinear medidas provisórias, sequenciadas e que conduzam a instituições locais sustentáveis.
- d) Osadores trabalharão em modalidades flexíveis, rápidas e financiadas a longo prazo, numa base partilhada quando apropriado, para: i) fazer a ponte para fases humanitárias, de recuperação e de desenvolvimento a prazo mais longo, e ii) apoiar a estabilização, inclusive a consolidação da paz e a construção de estados capazes, responsáveis e com capacidade de resposta reactiva. Em colaboração com os países em desenvolvimento, osadores apadrinharão parcerias com o Sistema das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, e outrosadores.
- e) No nível de país e numa base voluntária, osadores e os países em desenvolvimento acompanharão a implementação dos Princípios de Bons Compromissos Internacionais em

Estados e Situações Frágeis, partilhando os resultados como parte dos relatórios de progresso da implementação da Declaração de Paris.

Apresentação e Prestar de Contas de Resultados para o Desenvolvimento

22. Seremos julgados pelos impactos que os nossos esforços colectivos terão sobre as vidas dos pobres. Reconhecemos que uma maior transparência e responsabilização pelo uso de recursos para o desenvolvimento – no nível interno e externo – são poderosos motores de progresso.

Concentrar-nos-emos na apresentação de resultados

23. Melhoraremos a nossa gestão com vista a resultados, accionando as seguintes medidas:

- a) Os países em desenvolvimento melhorarão a qualidade da concepção das políticas, implementação e avaliação por meio de um melhoramento dos sistemas de informação, incluindo, quando apropriado, a discriminação dos dados referentes a sexo, região e situação socioeconómica.
- b) Os países em desenvolvimento e osadores trabalharão para desenvolver instrumentos para uma gestão com vista a resultados com eficácia de custos, para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento, ajustando-as conforme necessário. Coordenaremos melhor e interligaremos as várias fontes de informação, incluindo os sistemas nacionais de estatística, orçamentação, planeamento, monitorização e avaliações do desempenho das políticas lideradas pelo próprio país.
- c) Osadores alinharão a sua monitorização com os sistemas de informação nacionais. Apoiarão e investirão no reforço e desenvolvimento da capacidade nacional de estatística e sistemas de informação incluindo aqueles utilizados para a gestão das ajudas.
- d) Reforçaremos os incentivos para melhorar a eficácia da ajuda. Passaremos sistematicamente em revista e procuraremos resolver impedimentos jurídicos ou administrativos à implementação de compromissos internacionais para a eficácia da ajuda. Osadores prestarão maior atenção a fazer uma delegação adequada de autoridade nos escritórios nos países e a alterar os incentivos organizacionais e ao pessoal, para promover um comportamento em linha com os princípios da eficácia da ajuda.

Seremos mais transparentes e abertos à prestação de contas dos resultados perante os nossos públicos

24. A transparência e a responsabilização são elementos essenciais aos resultados no desenvolvimento. Estão no cerne da Declaração de Paris, na qual acordámos que países eadores assumiriam uma maior responsabilização mútua e para com os seus cidadãos. Daremos seguimentos a estes propósitos com as seguintes acções:

- a) Tornaremos a ajuda mais transparente. Os países em desenvolvimento facilitarão a fiscalização parlamentar implementando uma maior transparência na gestão financeira pública, incluindo a divulgação pública de receitas, orçamentos, despesas, aquisições e auditorias. Osadores divulgarão publicamente informações regulares, detalhadas e atempadas quanto a volume, atribuição e, quando disponíveis, os resultados dos gastos em desenvolvimento, de modo a permitir uma mais apurada orçamentação, contabilização e auditoria por parte dos países em desenvolvimento.
- b) Intensificaremos os nossos esforços para garantir que – tal como acordado na Declaração de Paris – as análises mútuas de avaliação estarão instituídas até 2010, em todos os países que endossaram a Declaração. Estas avaliações serão baseadas resultados apresentados pelos sistemas de relatórios e informáticos do país, complementadas com dados disponíveis dosadores e evidência crível independente. Utilizarão as boas práticas emergentes, com uma fiscalização

parlamentar mais eficaz e participação dos cidadãos. O uso destas práticas criará uma responsabilização mútua no tocante aos resultados mutuamente acordados em termos do desenvolvimento do país e políticas de ajuda.

c) Para complementar as análises de avaliação mútuas no nível do país e promover o melhor desempenho, os países em desenvolvimento e os doadores examinarão em conjunto e reforçarão os mecanismos internacionais existentes em matéria de responsabilização, incluindo revisão entre iguais com a participação dos países em desenvolvimento. Examinaremos propostas para fortalecer esses mecanismos até o fim de 2009.

d) O uso eficiente e eficaz do financiamento para desenvolvimento requer que tanto doadores como países parceiros façam tudo o que é possível para lutar contra a corrupção. Os doadores e os países em desenvolvimento respeitarão os princípios aos quais deram o seu acordo, incluindo os da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Os países em desenvolvimento defrontarão a corrupção melhorando os sistemas de investigação, reparação legal, responsabilização e transparência no uso de fundos públicos. Os doadores tomarão, nos seus próprios países, medidas para combater a corrupção por parte de indivíduos ou organizações e para detectar, congelar e recuperar bens ilegalmente adquiridos.

Continuaremos a mudar a natureza dos condicionalismos para apoiar o controlo proprietário

25. Para fortalecer o controlo proprietário do país e melhorar a previsibilidade dos fluxos de ajuda, os doadores acordaram, na Declaração de Paris, que, sempre que possível, estabeleceriam as suas condições com base nas políticas de desenvolvimento dos próprios países. Reafirmamos o nosso compromisso com este princípio e continuaremos a mudar a natureza dos condicionalismos através das seguintes acções:

a) Os doadores trabalharão em conjunto com os países em desenvolvimento para estabelecerem um conjunto limitado de condições mutuamente acordadas, baseadas em estratégias nacionais de desenvolvimento. Avaliaremos em conjunto o desempenho dos doadores e dos países em desenvolvimento no cumprimento dos compromissos.

b) A partir de agora, os doadores e os países em desenvolvimento tornarão públicas, periodicamente, todas as condições relacionadas com desembolsos.

c) Os países em desenvolvimento e os doadores trabalharão em conjunto no nível internacional para analisar, documentar e difundir boas práticas sobre condicionalidade, com vistas a um reforço do controlo pelo país e outros princípios da Declaração de Paris dando mais ênfase à condicionalidade harmonizada e baseada em resultados. Serão receptivos a contributos da sociedade civil.

Aumentaremos a previsibilidade a médio prazo da ajuda

26. Na Declaração de Paris, concordámos que é necessária uma maior previsibilidade no provimento de fluxos de ajuda, para permitir que os países em desenvolvimento possam planear e gerir eficazmente os seus planos de desenvolvimento a curto e médio prazo. Com carácter prioritário, tomaremos as seguintes medidas para melhorar a previsibilidade da ajuda:

a) Os países em desenvolvimento reforçarão os seus processos de planos de orçamento para a gestão de recursos internos e externos e melhorarão as correlações entre despesas e resultados a médio prazo.

b) A partir de agora, os doadores fornecerão informação completa e atempada sobre os seus compromissos anuais e desembolsos reais, de modo a que os países em desenvolvimento possam estar em posição de registar com exactidão todos os fluxos de ajuda nos seus planos de orçamento e nos seus sistemas de contabilidade.

c) A partir de agora os doadores prestarão aos países em desenvolvimento informações regulares e

em tempo útil, sobre as suas previsões de despesa para três a cinco anos e/ou planos de implementação com, pelo menos, indicações de atribuição de recursos, que os países em desenvolvimento possam integrar no seu planeamento a médio-prazo e estruturas macroeconómicas. Os dadores deverão encontrar solução para quaisquer dificuldades à prestação dessa informação.

d) Os países em desenvolvimento e os dadores trabalharão em conjunto, no nível internacional, estudando modos de continuar a melhorar a previsibilidade a médio prazo da ajuda, incluindo o desenvolvimento de instrumentos para a medir.

Perspectivas

27. As reformas que acordamos hoje, em Acra, necessitarão de um continuado apoio político de alto nível e de acção coordenada no nível global, regional e dos países. Para estas reformas, renovamos o nosso compromisso com os princípios e metas estabelecidos na Declaração de Paris e continuaremos a avaliar o progresso na sua implementação.

28. Os compromissos que hoje acordámos terão de ser adaptados às circunstâncias de diferentes países – inclusive países de rendimento médio, pequenos Estados e países em situação de fragilidade. Com este objectivo, encorajamos os países em desenvolvimento a delinearem – com o apoio activo dos dadores – planos de acção baseados no próprio país que estabeleçam propostas, num quadro temporal específico e monitorizável, para a implementação da Declaração de Paris e da *Accra Agenda for Action* (Agenda de Acção de Acra).

29. Concordamos em que, até 2010, cada um de nós deverá ter cumprido os compromissos assumidos em Paris e hoje, em Acra, sobre a eficácia da ajuda e ir mesmo mais além desses compromissos, sempre que possível. Concordamos em reflectir sobre e incorporar as muitas valiosas ideias e iniciativas que foram apresentadas neste Fórum de Alto Nível. Concordamos em que desafios como a mudança climática e o aumento dos preços dos alimentos e combustíveis realçam a importância de aplicar princípios de eficácia na ajuda. Em resposta à crise dos produtos alimentares, desenvolveremos uma parceria global para a agricultura e alimentação de um modo rápido, eficiente e flexível.

30. Pedimos ao Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda para continuar a monitorizar o progresso na implementação da Declaração de Paris e da *Accra Agenda for Action* (Agenda de Acção de Acra) e para apresentar o seu relatório no Quarto Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, em 2011. Reconhecemos que será necessário desenvolver trabalho adicional para melhorar a metodologia e os indicadores do progresso da eficácia da ajuda. Em 2011 iniciaremos a terceira ronda de monitorização que nos permitirá saber se alcançámos as metas de 2010 estabelecidas em Paris em 2005.⁴ Para levar avante esta tarefa teremos de desenvolver processos institucionalizados para a parceria conjunta e igual dos países em desenvolvimento e a participação de interessados.

31. Reconhecemos que a eficácia da ajuda forma parte integrante do financiamento mais alargado da agenda para o desenvolvimento. Para alcançar os resultados de desenvolvimento e as MDG temos que realizara os nossos compromissos tanto qualidade como quantidade da ajuda. Solicitamos ao Secretário-Geral das Nações Unidas que transmita as conclusões do Terceiro Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda no Evento de Alto Nível sobre as MDG a decorrer em Nova Iorque ainda este mês e na reunião de Análise do Financiamento para o Desenvolvimento em Doha, em Novembro 2008. Agradecemos a contribuição que o Fórum de Desenvolvimento do Conselho Económico e Social (ECOSOC) está a fazer para as questões sobre o diálogo internacional e a responsabilização mútua, relativamente à ajuda. Apelamos ao sistema de desenvolvimento das Nações Unidas para dar o maior apoio às capacidades dos países em desenvolvimento, para uma gestão eficaz do apoio ao desenvolvimento.

⁴ Esta informação disponível para o Quarto Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda em 2011, bem como avaliações abrangentes da segunda etapa da implementação da Declaração de Paris e da *Accra Agenda for Action a partir de 2010*. Será dada atenção à melhoria e desenvolvimento da comunicação sobre eficácia da ajuda, para o sucesso do desenvolvimento de longo prazo e um amplo apoio público.

32. Hoje, mais do que nunca, estamos resolvidos a trabalhar em conjunto para ajudar países em todo o mundo a construir o futuro de sucesso que todos desejamos ver – um futuro baseado num compromisso partilhado para superar a pobreza, um futuro em que nenhum país esteja dependente de ajuda.